

O Movimento das “diretas já”: Representado através das charges

José Emerson Tavares de Macêdo
Ac. UEPB
Maria Lindaci Gomes de Souza (UEPB)
Dr^a. UEPB

Resumo

Este trabalho é um recorte do projeto de iniciação científica /PIVIC da UEPB. Tendo como propósito, apresentar as charges como uma forma de compreender as representações cômicas do governo Figueiredo e do movimento das Diretas Já. O modo como o chargista representou os eventos e personagens da política brasileira, como o presidente Figueiredo, nos ajuda a compreender o seu governo e o movimento das Diretas Já. Pretendemos observar como a imprensa local discutia, e disponibilizava através do humor as ações do presidente João Baptista e do movimento das Diretas Já, não apenas a nível nacional, mas observando a repercussão que esse movimento teve no estado da Paraíba. Este estudo trilha por uma abordagem metodológica centrada no método indiciário proposto por Guinzburg, um método interpretativo, ancorado em pistas, indícios, sinais, que nos permite fazer inúmeras leituras das fontes históricas entre as quais a charge.

Palavras-chave: Charges; Diretas Já; Representações.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito fazer um estudo das charges publicadas pelo Jornal Diário da Borborema no período de 1979 – 1985, nos oferecendo uma compreensão significativa para as representações cômicas do governo Figueiredo e do movimento das Diretas Já. O modo como o chargista representou os eventos e personagens, como o presidente Figueiredo, nos ajuda a compreender o seu governo e o movimento das Diretas Já. É na modernidade que a charge revela melhor a sua força. As críticas da imprensa fazem parte do jogo político e, inclusive, podem ser úteis aos governantes. O apoio da imprensa junto com a insatisfação popular acarreta na reivindicação de eleger diretamente o presidente da República. Dando inicio a campanha das Diretas Já.

Nas ciências humanas, o interesse pela linguagem visual no campo da pesquisa, centra-se na década de 80, quando há uma eclosão e pesquisas no campo da História com imagens e iconografias. O uso da iconografia como fonte documental, surge como uma das respostas à falência dos paradigmas positivistas, que consideravam a imagem com meios transparentes. Na tradição acadêmica, estudos com textos verbais foram consagrados, tornando-se a forma prioritária de expressão.

No que diz respeito, especificamente, ao estudo da História, está tem anexado novos objetos até então fora do seu domínio, a exemplo de: as histórias do cotidiano, das práticas culturais, das

formas de ler, dos registros da imagem. São mudanças que ditam novos parâmetros, que irrompem ao nível não só político, mas também social e cultural. Quando propomos uma investigação sobre as representações cômicas do governo João Batista Figueiredo, temos a intenção de reafirmar a importância da utilização da materialidade visual, da qual priorizamos a leitura e interpretação de um período datado, ou seja, o movimento das “Diretas já”, através das charges no Jornal Diário da Borborema, em Campina Grande no ano de 1984.

Com esta compreensão, torna-se válido pensar as iconografias humorísticas como meio de comunicação e de leitura, que possibilita compreender a sociedade e a história em um dado momento, propiciando uma interação entre o discurso verbal, e a linguagem não verbal, quando de forma irônica e risível, os cronistas do traço, compõem quadros de época, contextualização, práticas sociais e culturais. Considerando a iconografias humorísticas como forma de registros históricos, estas se circunscrevem com lócus da representatividade do cotidiano e se caracterizam como uma das formas criativas de descobrir, revelar e analisar a realidade, representada de forma satírica ou irônica.

A instauração da Ditadura Militar brasileira, em 31 de Março de 1964, configura o início de uma mudança no cenário sócio-econômico e cultural brasileiro, por conta de uma série de medidas que visavam reestruturar as bases socioeconômicas do Brasil que, segundo os instauradores do regime, estavam abaladas pela série de desfeitas políticas realizadas pelos antecessores e pela ameaça do comunismo que rondava o mundo e assustava os que estavam comprometidos com a “ordem e o progresso”.

Em nome da segurança nacional, o regime foi ganhando força e se fixando de forma rígida e irrestrita numa nova configuração de Estado. Os direitos políticos foram suprimidos em nome da saúde e do bem estar desse novo governo que, para os olhos de muitos, ia muito bem por conseguir colocar a economia nos eixos, diminuir a violência e acender a esperança de um país forte e melhor. Se isso aconteceu, é outra discussão. Mas de fato, essa foi à imagem que se buscou transmitir através da mídia de massa em especial pelos jornais.

MOVIMENTO “DIRETAS JÁ”

O crescimento das oposições nas eleições de 1978 acelera o processo de abertura política. Em 28 de agosto de 1979 é aprovada a lei da anistia. No mesmo ano, em 22 de novembro, é aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, que extingue a Arena e o MDB e restabelece o pluripartidarismo no país. Cresce também a mobilização popular por eleições diretas para os cargos executivos. Em 13 de novembro de 1980 é aprovada uma emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para governadores e acaba com os senadores biônicos, respeitando os mandatos

em curso. Em uma leitura panorâmica do Jornal Diário da Borborema, já observamos através do olhar do chargista a mobilização popular por eleições diretas em Campina Grande. Além disso, no jornal pesquisado varias matérias reportam ao contexto supracitado. Como “Estudantes pedem Diretas Já”, “Comício Pró-diretas reúne 6 mil pessoas”.

“Com o parque do açude novo parcialmente lotado para onde ocorreram cerca de seis mil pessoas o comitê “Teotônio Vilela” realizou, ontem a noite o segundo comício “gigante” pró eleições diretas a Presidência da Republica, cuja atuação maior foi o governador de São Paulo, André Franco Montoro.” (DIARIO DA BORBOREMA,29/03/ 1984)

Nesse sentido pretendemos resgatar algumas representações políticas que foram utilizadas pelos manifestantes, durante a campanha das “Diretas-Já”, que foram veiculadas nas páginas do Diário da Borborema em 1984. Estas representações semióticas podem ajudar a entender o significado histórico do movimento, pois serviram para reelaborar alguns conteúdos da tradição política brasileira, através de símbolos, slogans e novas práticas coletivas. Através das charges identificaremos como as “Diretas-Já”, marcaram um novo tipo de expressão política no espaço público.

As Diretas-Já foi um movimento que se espalhou pelo país em busca de um novo representante político que fosse escolhido através da democracia. Foi no final de 1983, que as oposições lançam a campanha por eleições diretas para presidente da República. A primeira manifestação, em 27 de novembro, é organizada pelo PT e reúne cerca de 10 mil pessoas em São Paulo. O movimento cresce rapidamente e aglutina todos os setores oposicionistas. Nas principais cidades do país multidões vão às ruas para pressionar o Congresso a aprovar a emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas para presidente.

As maiores manifestações ocorrem em São Paulo, na praça da Sé, dia 12 de fevereiro de 1984, com 200 mil pessoas; no Rio de Janeiro, a primeira no dia 21 de março, com 300 mil pessoas e, a segunda, dia 10 de abril com 1 milhão; Goiânia, no dia 12 de abril, com 300 mil pessoas; em Porto Alegre, dia 13 de abril, com 150 mil; novamente em São Paulo, no vale do Anhangabaú, com 1,7 milhão; e em Vitória, em 18 de abril, com 80 mil manifestantes.

No entendimento do movimento das Diretas Já, pesquisamos na Revista Brasileira de História, onde um dos seus artigos escrito por Marcos Francisco Napolitano de Eugênio (1995), trata sobre a questão das representações políticas no movimento Direta Já. Abarcando um melhor o entendimento sobre o que era e o que levou esse movimento. Segundo Eugênio (1995, p.207)

O significado histórico do movimento “Diretas-Já”, ocorrido entre novembro de 1983 e de abril de 1984, foi muito além dos seus resultados políticos-institucionais imediatos. Em pouco mais de quatro meses, milhões de brasileiros ocuparam as praças públicas num conjunto de gigantescas manifestações de repúdio ao regime militar, exigindo a volta das eleições diretas para Presidente da República.

O último general-presidente, João Baptista Figueiredo, governou o país de 1979 a 1985: tendo por tarefa dar continuidade ao lento processo de abertura política. O presidente encaminhou para o Congresso um trabalho de anistia restrita e parcial, que foi repudiado por todas as correntes políticas que lutavam pela anistia ampla, geral e irrestrita.

O trabalho que foi aprovado beneficiava os acusados de crimes políticos, mas não se estendia aos condenados por atentados e seqüestros políticos; atingia os cassados, porém estes continuavam inelegíveis; referiam-se aos servidores públicos e militares punidos pelos Atos Institucionais e Lei de Segurança Nacional. Sendo assim subordinava sua reintegração à decisão das autoridades de cada setor; para os militares, a lei anistiava automaticamente os torturadores. “Aos poucos, porém, o alcance da lei de anistia foi ampliado. Assim, muitos cassados puderam concorrer às eleições de 1982”. (EUGÊNIO, 1995. p.207-219)

Quanto aos desaparecidos, campanhas foram organizadas para descobrir o paradeiro de centenas de pessoas seqüestradas durante o regime militar. Ainda hoje existem dezenas de famílias sem notícias concretas de parentes que foram vítimas da repressão dos governos militares.

Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos, grupos de empresários, igrejas, associações artísticas e científicas, as universidades e parte da imprensa) passaram a exigir a redemocratização do país. Dentre as principais reivindicações destacam-se: a convocação de uma Assembléia Constituinte que garantisse a volta do Estado de direito; justiça social e anistia política.

HUMOR

No mundo dominado pelo imperialismo das sensações quer sejam auditivas ou visuais, nos deparamos com textos visuais diluídos no cotidiano do espaço urbano a todo o momento. São textos não-verbais que despertam e chamam a atenção do leitor como os outdoors, cartazes, vídeos, cartuns, charges e caricaturas. Artefatos culturais ou produtos, chamados por Marc Ferro de “imagem-objeto”, que se integram ao mundo, comunicando. (1989, p. 87). Portanto, são instrumentos de disseminação da informação histórica e cultural, destinados a difundir a memória histórica.

As imagens nem sempre tiveram grande importância para a historiografia, pois durante muito tempo, elas eram consideradas como um elemento ilustrativo, não fundamental para a explicação da história. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes, o potencial cognitivo da imagem se dará a partir da História da Arte, no século XIX, também nesse mesmo século, a Antropologia Visual e a Sociologia Visual, seguindo as trilhas abertas pela História da Arte, vão se encaminhando no sentido da percepção das iconografias e seu potencial cognitivo. Menezes (2003, p.12) afirma que,

Na antiguidade e na Idade Média não há traços de usos cognitivos da imagem, sistemáticos consistentes. Ao contrário, dominava o valor afetivo, envolvendo não só relações de subjetividade, mas, sobretudo a autoridade intrínseca da imagem. Autoridade independente do conhecimento, mas derivada do poder que atribuía efeito ao próprio objeto visual. O primeiro campo do conhecimento em que se terá um reconhecimento sistemático do potencial sistemático do potencial cognitivo da imagem visual é a História da Arte, que se consolida no século XVIII – e não por acaso, já que se trata de seu objeto referencial específico.

Foi a partir da Escola dos Annales que a forma de pensar e fazer história mudou. As primeiras gerações dos Annales revolucionaram o conceito de documento histórico, a grande ênfase na utilização das imagens como fonte será dos Annales significou um desenvolvimento extraordinário de temas novos e um interesse marcante pelo emprego de novos tipos de fonte. Na terceira geração conhecida por Nova História (*Nouvelle Histoire*), houve uma sensível mudança na construção da História, onde várias fontes de pesquisa passaram a ser utilizadas pelos historiadores.

A partir de então, o historiador passou a abordar os mais diferentes temas, Segundo afirma Tétart (2000) citado por: (SOUZA, 2007, p.15) “Nova História enriqueceu fundamentalmente a reflexão histórica: às outras ciências; inscrição do homem na globalidade de seu entorno natural, técnico, afetivo, simbólico, etc.”. Ainda, citando Burke (1992, p.11) “[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana” e que “todo o material do passado é potencialmente admissível como evidência para a história”.

De acordo com as citações acima, o historiador passou a abordar os mais diferentes temas, já que a “Nova História” enriqueceu fundamentalmente a reflexão histórica. O historiador que emprega a imagem como fonte histórica precisa ver além da imagem, decifrar seus códigos, fazer uma leitura crítica. As imagens são representações do mundo elaboradas para serem vistas. Como afirma Pesavento (2004, p.86).

As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e do produtor, tendo como referente à realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário.

A importância de se trabalhar com a produção humorística de um dado período, justifica-se principalmente aquelas que evidenciam as manobras do poder instituído, no caso específico deste estudo, o período militar, quando há uma nova configuração de estado. Um dos aspectos a ser destacado no que diz respeito à importância do humor visual na imprensa, deve-se à constatação da força crítica, quando nos posicionamos enquanto historiadores. Nesse sentido podemos contribuir, quando ressaltamos o descaso que atinge a documentação visual enquanto fonte histórica na academia ou nos centros de estudo, mais habituados e afeitos a aceitar a palavra como única forma de expressão, impondo certo dogmatismo cultural.

Destacamos que a não aceitação desse tipo de leitura, deve-se a uma visão estereotipada do poder da iconografia humorística, ou seja, a suposta idéia de uma objetividade e transparência da arte caricatural, considerada sem importância e secundária para a análise das experiências culturais, sociais ou políticas de um povo. Parte do menosprezo ao estudo do humor visual deve-se ao tipo de concepção inserida no campo da criação artística. De acordo com Paiva (2002, p.19):

A iconografia é tomada agora como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas, ou imaginadas e ainda esculpido, modelados, talhados, gravados em material fotográfico e cinematográfico. São registros com os quais os historiadores e os professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo. É preciso saber indagá-los e deles escutar as respostas.

Além da importância cultural, ideológica e social, as iconografias humorísticas registram, constroem fatos cotidianos através dos elementos risíveis, historiando os aqui e agora, os instante-tipo, que foram se sedimentando na memória popular, mas que através dos intelectuais do traço são reinventados e apropriados através das práticas sociais.

Portanto neste trabalho, procuraremos abordar a importância do uso da charge para as leituras dos fatos históricos, de uma maneira diferente, através da satirização reportado no humor das charges, assim podemos compreender como foi observado o governo de João Baptista Figueiredo como também o movimento das Diretas Já.

A CHARGE

O termo charge é proveniente do francês “charger” (carregar, exagerar). Sendo fundamentalmente uma espécie de crônica humorística, a charge tem o caráter de crítica, provocando o hilário, cujo efeito é conseguido por meio do exagero. Ela se caracteriza por ser um texto visual humorístico e opinativo, criticando um personagem ou fato específico. Segundo (RABAÇA e BARBOSA, 1978: 89), a charge é um tipo de cartum “cujo objetivo é a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política”. De acordo com estes autores, uma boa charge deve procurar um assunto atual e ir direto onde estão centradas a atenção e o interesse do público leitor.

A charge é um tipo de texto atraente aos olhos do leitor; pois, a imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de uma só vez. A charge é “ uma fonte histórica das mais ricas, [...] é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada”. (PAIVA, 2002, P.17). No entanto, o leitor do texto chárgico tem que estar bem informado acerca do tema abordado para que possa compreender e captar seu teor crítico. Afinal, ali está focalizada e

sintetizada uma certa realidade. E somente os que conhecem essa realidade efetivamente entenderão a charge.

Se a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. A História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos, trazendo assim uma renovação do político. Essa história política renovada teve, a rigor, ainda muito a ver com as novas formas assumidas pelos movimentos políticos, fazendo uso da mídia e, cada vez mais, apostando na credibilidade obtida pelas imagens e pelos discursos.

A palavra iconografia pode ser traduzida literalmente como “escrita da imagem” e vem do grego eikon (imagem) e graphia (escrita). Pintura, desenho, gravura, fotografia, arquitetura, cinema, são exemplos de artes visuais. De acordo com Paiva (2002, p. 19)

A iconografia é tomada agora como registro histórico por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas, ou imaginadas e ainda esculpidos, modelos, talhados, gravados em material fotográfico e cinematográfico. São registros com os quais os historiadores e professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo. É preciso saber indagá-los e deles escutar as respostas.

Neste sentido, entendemos que a imagem só responde quando é inquirida, porque, caso não haja uma interlocução, ela nada fala, nada transmite. A charge, é um exemplo de linguagem iconográfica, ela vem acompanhada de textos ou palavras, uma vez que o elemento lingüístico se torna importante para explicitar a sua intencionalidade ou completar o sentido humorístico e político.

Portanto justifica-se pensar da importância do uso da charge para as leituras dos fatos históricos, de uma maneira diferente, através da satirização reportado no humor das charges, podemos compreender como foi observado o governo de João Baptista Figueiredo como também o movimento das Diretas Já. Desta forma abarcamos a idéia de que a charge, embora traga o riso para alguns ela pode trazer ódio para outros, já que se trata de uma arma política.

A CHARGE COMO FONTE HISTÓRICA

A charge, também deve ser reconhecida em seu potencial como fonte histórica, capaz de contribuir para a reflexão sobre uma determinada época histórica, pois expressa e transmite, assim como toda configuração visual, idéias, sentimentos, valores e informações a respeito de seu tempo e lugar, bem como de outros tempos e lugares. A efemeridade da charge como produto comunicativo,

pois ela geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social, é justamente um dos mais fortes argumentos para consolidá-la como uma fonte histórica de riqueza inestimável; a produção de uma charge está necessariamente vinculada ao contexto sócio-histórico imediato e, portanto, apresenta elementos concretos para análise do seu respectivo tempo histórico.

Resolvemos utilizar para este trabalho a charge como fonte histórica, pois através dela remetemos ao fato histórico do movimento “Diretas Já”, analisando-as através da sátira do chargista do Jornal Diário da Borborema como consequência de um novo contexto sócio-histórico-político. De acordo com (TEIXEIRA, 2005, p. 13) “A função da charge nos jornais é temperar a monotonia e a severa objetividade do texto com a permissividade de um discurso que diz o que o verbo não pode, não deve, não ousa expressar”.

Porém, a charge, como também pretendemos mostrar neste trabalho, é mais do que um instrumento ideológico a serviço de um ideal político; ela é, para além disso, uma importante fonte histórica capaz de fornecer elementos preciosos para reconstituir uma história, tomado como produto de um tempo e de um lugar sócio-histórico.

No caso das charges a dificuldade de abordagem é multiplicada, pois se poucos são os trabalhos de história acerca do humor, raros são os que tratam as imagens humorísticas, isso porque, além de descaso com o gênero há ainda a dificuldade em lidar com as imagens. Tal dificuldade foi apropriadamente destacada por Teixeira (2005, p. 12), ao registrar que a charge está:

“Impregnada de subjetividade, marcado por pontos de vista, a charge, a rigor, “funciona” precariamente como documento e como fonte primária no campo da história. Mas ela é, sobretudo, um documento atípico porque produz verdade através de personagens que carecem de veracidade, e porque registra a história a partir do que a história, objetivamente, não registra”.

A charge é uma preciosa fonte cultural de uma época, é mais, é uma produção que nos auxilia a entender a memória social e política de determinada sociedade. Cheia de peripécias e contradições, estas fontes, são produtos de uma datada época, os artistas são assim, construídos pelas suas experiências cotidianas, pela realidade objetiva e subjetiva que os rodeia. É um grande equívoco anacrônico esperar que destas fontes somente obtenhamos o aspecto transgressor. Os analistas do humor gráfico, ao buscarem estabelecer a importância da charge como fonte tão rica e verossímil quanto o texto escrito tendem a afirmar somente este aspecto “positivo” desta produção.

De fato, seria ideal se assim fosse, mas não o é. A produção imagética, como qualquer outro discurso contém em si traços ideológicos e aplicabilidade social e política. Caso contrário, jamais serviria como fonte primária para abordagens históricas. Assim sendo, torna-se fundamental uma

abordagem crítico-reflexiva por parte dos analistas desta determinada fonte, facilitando a construção do conhecimento e da memória humorística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A charge por ser um texto imagético, tem na sua capacidade levar informações não apenas aos “assinantes” de jornais, diante das novas linguagens que estão sendo trabalhada em sala de aula no caso de novas metodologias, a charge pode ser muito bem trabalhada por professores de história, pois as charges têm a capacidade de prender a atenção dos alunos. Costumamos chamar de novas linguagens, diversos recursos e metodologias, atualmente, focos de debates em torno da renovação do ensino de História. São possibilidade de trabalhar com as linguagens iconográficas, sonoras, poéticas, literárias, humorísticas, dentre outras. Evidentemente que são linguagens diferenciadas, cada uma tem a marca da especificidade, porém, todas elas são representações.

Este trabalho utiliza-se do método indiciário proposto por Carlo Guinzburg, onde ele refere-se a este método como interpretativo, centrado nos pormenores do objeto de pesquisa. Isto é centrado em pistas, indícios, sinais, que pode aparentar insignificantes, mas podem ser reveladores de realidade mais profundas. Analisaremos as charges como leitura simbólica, na qual o chargista atribui seus significados na charge como um segredo, tornando-o aparentemente invisível.

Portanto neste trabalho, procuramos abordar a importância do uso da charge para as leituras dos fatos históricos, de uma maneira diferente, através da satirização reportado no humor das charges. Desta forma abarcamos a idéia de (MOTTA, 2006, p. 24) de que: “o riso, já foi dito, pode ser útil ao poder, ao apontar equívocos e pontos frágeis a serem corrigidos por um governante sagaz”. Pois em algumas circunstâncias, o riso pode servir para desanuviar o ambiente político nos contextos de crise, funcionando como válvula de escape para liberar tensões. Assim a charge, embora traga o riso para alguns, pode trazer ódio para outros, tratando-se de uma arma política.